



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição **Aeronave não tripulada tipo DRONE, HIPSÔMETRO, CÂMERA COM GPS.**

1.4	Requisitante:	Secretaria Municipal de Defesa Civil
1.5	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93; Decreto federal 10024/19 e Decreto municipal 599/20
1.6	Período:	Imediato;
1.7	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO.

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	<u>AERONAVE tipo DRONE</u> Peso máximo de decolagem: até 250 gramas. Altura mínima de serviço acima do nível do mar: (9.842ft) 3000m Duração de voo mínimo de 30 minutos (medidos durante o voo a 4,7 ms em condições sem vento) Estabilização 3 eixos (inclinação, rotação, panorâmica) CÂMERA Sensor CMOS de 1/2,3 pol. Pixels efetivos: 12 MP Lente Campo de visão mínima: 83° Equivalente a formato de 35 mm: 24 mm Abertura: f/2,8 Alcance do foco: 1 m até infinito Alcance ISO Vídeo: 100-3200 (Automático) 100-3200 (Manual) Fotos: 100-3200 (Automático) 100-3200 (Manual) Velocidade do obturador Disparador eletrônico: 4-1/8000 s CONTROLE REMOTO E TRANSMISSÃO DE VÍDEO Frequência de funcionamento 2,400 a 2,4835 GHz; 5,725 a 5,850 GHz Distância máx. de transmissão (sem obstruções, livre de interferências) [3] 10 km (FCC) 6 km (CE) 6 km (SRRRC) 6 km (MIC) Capacidade mínima da bateria:	Peça	01

	<p>5200 mAh</p> <p>Voltagem de funcionamento: 1200 mA 3,6 V (Android) 700 mA 3,6 V (iOS)</p> <p>Qualidade da transmissão ao vivo</p> <p>Operação do controle remoto: 720p/30 fps</p> <p>Garantia mínima: 12 meses.</p>		
02	<p>HIPSÔMENTRO: Laser para medições profissionais, alta qualidade combinada com alta performance.</p> <ul style="list-style-type: none"> - medição de distâncias; - modo de varredura de ângulo; - medição de altura no modo de varredura; - medição de altura vertical; - indicador de bateria baixa; - indicador laser; - desligamento automático. <p><u>descrição:</u></p> <p>alcance: 800 mts</p> <p>ampliação: 6x</p> <p>autonomia da bateria: 10.000 medições</p> <p>campo de visão: 7º</p> <p>classe de laser: classe i</p> <p>comprimento de onda: 905 nm</p> <p>diâmetro da lente ocular: 16mm</p> <p>diâmetro da pupila de saída: 3.8mm</p> <p>diâmetro efetivo da objetiva: 24mm</p> <p>dimensões: 40 x 105 x 73mm</p> <p>display: lcd</p> <p>medição de ângulo: -60º ~ 60º</p> <p>método de focagem: focagem ocular</p> <p>modo de digitalização: sim</p> <p>precisão angular: ±1º</p> <p>precisão de medição: ±0,5m (condições normais)</p> <p>Garantia mínima: 12 meses.</p>	Peça	01
03	<p>CÂMERA FOTOGRÁFICA COM GPS:câmera com GPS de alta sensibilidade, duplo e recepção via satélite, com antena aprimorada que permita uma melhor recepção e desempenho; bússola de três eixos com sensores de altímetro barométrico e acelerômetro com zoom ótico de 50x (100x Clear Image Zoom) com sensor CMOS Exmor R® de 20,4 MP com retroiluminação ,processador de imagem com redução de ruído, lente ZEISS Vario-Sonnar T* com zoom ótico de 50x, sensor CMOS Exmor R® de tipo 1/2,3 (7,82 mm) NÚMERO DE PÍXEIS (EFETIVOS) aprox. 20,4 megapíxeis, ou superior.Garantia mínima: 12 meses.</p>	Peça	01

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 JUSTIFICATIVA

3.1.1 A Secretaria Municipal de Defesa Civil de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para aquisição de materiais que contribuem com o atendimento das demandas *de vistoria, fiscalização e prevenção* ;

3.1.2 A presente aquisição possui o fito de atender as necessidades do Setor Operacional, no que concerne a regular atendimento a população em *demandas de vistoria, fiscalização e prevenção, realizadas no município* e para à prevenção e a reparação dos danos causados e contenção daqueles próximos de ocorrerem na infraestrutura urbana, oriundos de eventos fortuitos que venham afetar o bem estar da população no todo ou em parte e, também, as medidas que venham a aliviar os danos físicos e/ou materiais que tenham ocorrido e/ou evitar o minimizar os efeitos daqueles que estejam próximos de ocorrer ;

3.1.3 A aquisição de **DRONE, HIPSÔMETRO, CÂMERA COM GPS** é essencial para a Secretaria de Defesa Civil, visando atender a demanda do Setor de engenharia, bem como auxiliar nos demais procedimentos, visando produzir as *condições necessárias para o cumprimento das diversas atribuições dos engenheiros e técnicos de defesa civil, portanto, se faz necessário a aquisição de equipamentos*, sendo imprescindível para manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento do Setor de Engenharia ;

3.1.4 O Setor de Engenharia possui 13 servidores, sendo 08 engenheiros e 01 arquiteto, além de 04 técnicos de defesa civil, para atendimento *as demandas de vistoria, fiscalização e prevenção, realizadas no município, uma vez em que para a realização de parte dos trabalhos, faz-se necessário a utilização de equipamentos específicos para aferir os elementos constitutivos , além de registros de aspectos relevantes , onde tais verificações e registros só podem ser realizados com instrumentos de medição compatíveis, que atestem com fidedignidade a situação encontrada, sendo tais instrumentos imprescindíveis para coleta de dados para a realização dos trabalhos.*

3.1.5 As estimativas correspondentes foram baseadas nos cálculos apresentados às fls 03 e 04 pelo Coordenador de engenharia, junto aos técnicos de defesa civil, conforme quantitativos de servidores aptos a operarem o sistema de comunicação e a quantidade de viaturas desta Secretaria Municipal de Defesa Civil, que operarão os citados materiais;

3.1.6 A Secretaria de Defesa Civil através do seu setor de engenharia necessita dos materiais (**DRONE, HIPSÔMETRO, CÂMERA COM GPS**), para sustentar o adequado funcionamento desta secretaria, bem como evitar os danos físicos e/ou materiais que tenham ocorrido e/ou evitar e minimizar os efeitos daqueles que estejam próximos de ocorrer.

3.2 A Defesa Civil do Município tem como finalidade desencadear um conjunto de medidas necessárias à prevenção e a reparação dos danos causados e contenção daqueles próximos de ocorrerem na infraestrutura urbana, oriundos de eventos fortuitos que venham afetar o bem estar da população no todo ou em parte e, também, as medidas que venham a aliviar os danos físicos e/ou materiais que tenham ocorrido e/ou evitar o minimizar os efeitos daqueles que estejam próximos de ocorrer.

3.3 As demandas de vistoria, fiscalização e prevenção, realizadas no município, uma vez em que para a realização de parte dos trabalhos, faz-se necessário a utilização de equipamentos específicos para aferir os elementos constitutivos, além de registros de aspectos relevantes, onde tais verificações e registros só podem ser realizados com instrumentos de medição compatíveis, que atestem com fidedignidade a situação encontrada, sendo tais instrumentos imprescindíveis para coleta de dados para a realização dos trabalhos.

3.4 Assim, visando proporcionar as condições necessárias para o cumprimento das diversas atribuições dos engenheiros e técnicos de defesa civil, se faz necessário abrir processo licitatório para a aquisição de equipamentos Drone / Veículo Aéreo não tripulado, Hipisômetro e Câmera Fotográfica com Gps, a fim de viabilizar a execução das atividades

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art.58 da lei nº 11.101/2005).

4.2 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	44.90.52-03
5.1.2	Fonte de Recurso:	01
5.1.2	Programa de Trabalho:	1600104122000120022

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1 Não será necessário a apresentação de amostras, já que consta as especificações do objeto no item 2.

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo. No caso de fornecedores diversos, poderá a entrega ser feita em separado por cada um dos fornecedores com prazo de entrega imediata, não superior a 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

Nome do requisitante:	Secretaria Municipal de Defesa Civil
Endereço:	Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e , e decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Defesa Civil, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Defesa Civil.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Luiz Carlos Pereira de Freitas	207.038	Gestor titular
Alexandre Sanglard	207.632	Gestor substituto
Kelly Amorim Guerra	100.498	Fiscal titular
Roosevelt Raphael B da Silva	100.233	Fiscal substituto

14.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.3.1 Advertência;

15.3.2 Multa:

15.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

15.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Defesa Civil o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Defesa Civil.

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

17.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 22 de setembro de 2021.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Luiz Carlos Pereira de Freitas Mat: 207.038	<hr/> Kelly Amorim Guerra Mat: 100.498

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo

Evi Gomes da Silva
Secretário Municipal de Defesa Civil
Matr.: 62.014